

Que Fazer Com A Escolaridade Obrigatória Até Aos 18 Anos

Carlinda Leite
carlinda@fpce.up.pt
FPCEUP/CIIE
SPGL - 5-02-2015



Que fazer com a escolaridade obrigatória até aos 18 Anos

PONTOS A FOCAR:

**RAZÕES QUE TÊM JUSTIFICADO O ALARGAMENTO DA
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

**POSIÇÕES QUE ANTECEDERAM OU QUE ACOMPANHARAM
O ALARGAMENTO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA EM ALGUNS PAÍSES

**A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DE 12 ANOS E A
NECESSIDADE DE RESOLVER O ABANDONO ESCOLAR
PRECOCE E O INSUCESSO ESCOLAR**

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**RAZÕES QUE TÊM
JUSTIFICADO
O
ALARGAMENTO
DA
ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA**

- * Melhorar os conhecimentos e as competências da população em geral
- * Chamar à formação escolar grupos sociais e económicos que ficariam dela excluídos se não houvesse o critério da obrigatoriedade
- * Proporcionar a jovens que, por razões económicas ou sociais, teriam baixos níveis de escolaridade, difícil acesso a uma formação e a habilitações académicas que potenciam o desenvolvimento de capacidades valorizadas para determinadas funções
- * Aproximação a metas de uma formação superior existente em países desenvolvidos ou que, por razões culturais, atribuem muito valor aos diplomas escolares

Conclusões do Debate Nacional sobre Educação:

“como vamos melhorar a educação nos próximos anos?” (2006):

POSIÇÕES
QUE
ANTECEDERAM
O ALARGAMENTO
DA
ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA

- conceber especial atenção à educação de crianças;
- prevenir o abandono escolar precoce;
- melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos e as suas competências;
- **fomentar a escolarização universal de nível secundário e melhorar a procura do ensino superior;**
- fazer da educação de cada um e de todos o cerne do desenvolvimento social;
- fomentar a autonomia e a responsabilização no plano local;
- apoiar a divulgação de boas práticas;
- focar a missão da escola na educação, ensino e aprendizagem;
- **adotar o paradigma da aprendizagem ao longo da vida;**
- melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem e da investigação científica e tecnológica.

O
ALARGAMENTO
PARA UMA
ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA DE
12 ANOS (18
ANOS DE IDADE)

- * **Aprovação, por unanimidade, na Assembleia da República, em 2009, da proposta**
- * **Legislação publicada em 2009 (Lei nº 85/2009) que implica o cumprimento de uma escolaridade de 12 anos (18 anos de idade) para todos os alunos que se matricularam em “2009/2010 em qualquer dos anos de escolaridade dos 1º ou 2º ciclos ou no 7º ano de escolaridade” (art. 8º)**
- * **Resolução do Conselho de Ministro nº 44/2010 que justifica como um dos 3 objetivos do reordenamento da rede escolar “adaptar a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos” (preâmbulo) e “promover condições para a criação e consolidação de unidades de gestão que integrem todos os níveis de ensino e que permitam a um aluno completar a escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas”**

Conclusões Conferência “Que currículo para o séc. XXI?” (2010):

POSIÇÕES QUE ACOMPANHARAM O ALARGAMENTO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

- **insistência na necessidade de mais escolarização** (a evolução do emprego evidencia que ele se torna cognitivamente mais exigente);
- **preocupação com o abandono escolar precoce, isto é, com a saída do sistema educativo de alunos sem um certificado académico e sem uma qualificação profissional; preocupação com os que não querem ou não conseguem aprender;**
- a **personalização**, isto é, **dar atenção a percursos pessoais**, através da existência de opções e apoios aos jovens, para desde cedo construírem os seus próprios projectos pessoais e aprenderem a escolher;
- reconhecimento da necessidade de ultrapassar dicotomias empobrecedoras e conseguir **criar condições, na escola e no currículo, para formar cidadãos mais informados e mais participativos;**
- **reconhecimento** de que, para se conseguir uma escola onde todos os alunos aprendam melhor e durante mais tempo, **é preciso haver mudanças**. De entre essas mudanças, foram realçadas as relativas a:
 - * organização da escola;
 - * **formas de lidar com as dificuldades dos alunos**, isto é, questões relativas a **estratégias** de recuperação imediatas, **diversificadas e não assentes em soluções uniformes como a retenção;**
 - * **coresponsabilização** da escola e da equipa de professores para que os alunos consigam adquirir as aprendizagens consideradas indispensáveis no final da escolaridade obrigatória.

POSIÇÕES QUE
ACOMPANHAM O
ALARGAMENTO DA
ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA DE 12
ANOS (18 ANOS DE
IDADE)

- * Augusto Santos Silva (2012), embora reconhecendo que o alargamento da escolaridade obrigatória corresponde a um **grande desafio** colocado às famílias, às escolas, aos professores e aos alunos, considera que **ele pode ser vencido**, uma vez que **existe qualificação docente** e que o país conseguiu avanços significativos na redução da taxa de abandono escolar precoce e na taxa de escolarização.
 - O abandono passou de 50% em 1992 para 20.5% em 2012 e 18.9% em 2013 (23.4% masculino e 14.3% feminino)
 - A taxa de escolarização no ensino secundário que era apenas de 4.6% em 1974 passou para 73.6% em 2013
(Fontes/Entidades: DGEEC/MEC; INE, PORDATA)
- * **Proposta da Juventude Popular (JP)**, apresentada no Congresso do CDS-PP (2014), para **recuo da escolaridade obrigatória apenas até ao 9º ano (15 na os de idade)** usando como justificação questões relacionadas com o insucesso escolar.


Manuel Esperança (à data presidente do Conselho de Escolas): "A proposta da Juventude Popular é absurda, devemos é trabalhar onde o sistema educativo está a falhar"

POSIÇÕES QUE
ACOMPANHAM O
ALARGAMENTO DA
ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA DE 12
ANOS (18 ANOS DE
IDADE)

- *** Vozes que alertam para que, alargar a escolaridade obrigatória, quando se assiste a um desinvestimento na educação, corresponde apenas a demagogia e pode gerar consequências contrárias a uma orientação democrática que procure o sucesso educativo de todos**
- *** Outros argumentos contra a escolaridade obrigatória baseados na questão da obrigatoriedade: i) o argumento moral de impor a alguém que não quer estudar ter de estudar; ii) o argumento de desresponsabilizar os pais e os próprios alunos pelas suas decisões; iii) contribuir para que a educação escolar seja vista como um dever e não como um direito**

A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA EM ALGUNS PAÍSES

Escolaridade obrigatória na Europa 2010/11			
País	Início	Fim	Duração
Bélgica	6	15	9
Bulgária	7	16	9
República Checa	6	15	9
Dinamarca	6	16	10
Bélgica	6	18	9
Estónia	7	16	9
Irlanda	6	16	10
Grécia	5	15	10
Espanha	6	16	10
França	6	16	10
Itália	6	16	10
Chipre	4 anos e 8 meses	15	10 anos e 4 meses
Letónia	5	16	11
Luxemburgo	4	15	12
Hungria	5	18	13
Malta	5	16	11
Holanda	5	18	13
Áustria	6	15	9
Polónia	6	16	10
Portugal	6	18	12
Roménia	6	16	10
Eslovénia	6	15	9
Eslováquia	6	16	10
Finlândia	7	16	9
Reino Unido	5	16	11

O conceito de abandono escolar precoce (early school leaving)

A ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA DE
12 ANOS E A
NECESSIDADE DE
RESOLVER O
ABANDONO ESCOLAR
PRECOCE E O
INSUCESSO ESCOLAR

- *Early school leaving* (ESL) foi traduzida para português por “*abandono escolar precoce*” (AEP) o que justificou ser associada a situações de alunos que deixam a escola sem completar a escolaridade obrigatória.
- **Conceito usado** pela Eurostat para medir o fenómeno do abandono escolar e pela União Europeia no estabelecimento de metas de política de educação e formação (foi considerado domínio-chave na Estratégia de Lisboa e incluído nos objetivos da Estratégia Europeia para o Emprego – EEE).



Objetivos da EEE: “até 2010, reduzir para metade (não mais de 10%) o número de jovens entre os 18 e os 24 anos que apenas completaram o 3º ciclo do ensino básico e que não participam em ações de educação ou formação.”

Consequências do conceito de abandono escolar precoce (early school leaving)

A ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA DE
12 ANOS E A
NECESSIDADE DE
RESOLVER O
ABANDONO
ESCOLAR PRECOCE
E O INSUCESSO
ESCOLAR

- O indicador *abandono escolar precoce* (AEP)/*early school leaving* (ESL), sendo uma medida de sucesso (associada à obtenção de determinado grau de escolaridade), coloca a questão do abandono escolar no sistema e não no aluno. Constitui um indicador do desempenho das escolas e do sistema de educação-formação (Álvares & Estevão, 2014)

REFLEXÃO



Que consequências para as escolas e professores? O que será exigido às escolas e aos professores? Que condições existem (e são criadas) para impedir o abandono escolar?

Posições de académicos/as à pergunta "O que fazer com a escolaridade obrigatória de 12 anos?"

A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DE 12 ANOS E A NECESSIDADE DE RESOLVER O ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E O INSUCESSO ESCOLAR

- Pensar a escolaridade obrigatória como uma responsabilidade social
- Enfrentar o estrangulamento do ensino secundário fazendo com que ele deixe de ser o ciclo propedêutico do ensino superior
- Permitir que as escolas do ensino secundário possam oferecer propostas formativas mais amplas
- Contemplar diferentes vias de operacionalização da escolaridade de 12 anos
- Admitir que as empresas possam ter com as escolas programas de formação validados
- Criar condições que promovam o sucesso e integrem jovens já inseridos no mercado de trabalho
- Maior continuidade entre o atual básico e o secundário, com mudanças para os dois lados
- A vertente profissional tem de fazer parte das escolas secundárias sem que isso signifique um regresso ao passado ou obrigue a uma escolha demasiado cedo. Incluir no 3º ciclo optativas de carácter polivalente e técnico de forma a preparar para escolhas conscientes
- Assegurar condições logísticas para a implementação de uma escolaridade de 12 anos de qualidade
- Torná-la mais educativa
- Formar professores orientados para a produção de dispositivos de diferenciação pedagógica

Um estudo sobre o abandono escolar precoce/ESL (Araújo et al. 2014)

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Dados

de Estudos

A aproximação ao modelo europeu tem sido justificada por razões:

- * de inclusão social
- * de eficácia e qualidade educativa
- * ter efeitos nas qualificações para o trabalho e no mercado de trabalho de inclusão

Progressos registados em Portugal em relação ao ESL:

- * o ESL era de cerca de 44% em 2001 e passou, em 2013, para cerca de 19% (Eurostat)
- * apesar disso, o ESL continua a ser um problema grave quando comparado com a média da UE (12%, Eurostat 2013)

Nota: Países da Europa do Sul têm as maiores taxas de ESL

ALGUMAS CONCLUSÕES DO ESTUDO

- *A adesão às orientações educacionais da UE foi mais clara no primeiro e segundo períodos (2001-2004 e 2005-2009)
- *O período atual parece ser fortemente influenciado pela perspectiva vocacionalista alemã, o «sistema dual»
- *Introdução de cursos profissionalizantes para crianças de 13 anos de idade com 'dificuldades' (com evidentes efeitos ao nível da exclusão social)
- *Discursos fundamentados na ideia "adesão à EU", nos últimos tempos, não correspondem a políticas orientadas por princípios sociais de uma mudança inclusiva

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Dados de Estudos

Objetivos

- Produzir conhecimento sobre as características do currículo experienciado na transição dos estudantes para outros ciclos da vida académica e da vida ativa.
- Identificar o efeito dessa formação no desempenho académico posterior ou no exercício ativo de um trabalho.

O que foi estudado: Perspetivas dos estudantes quanto a:

- *Redes de interação e de sociabilidade
- *Competências transversais (soft skills) desenvolvidas
- *Dificuldades experienciadas pelos estudantes

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Dados de Estudos

- Os alunos **valorizaram positivamente o trabalho realizado pelas Escolas que frequentaram e os seus efeitos nos percursos atuais** e desvalorizaram as dificuldades sentidas na sua situação atual. Consideraram como **o mais importante** nas experiências de **transição**: i) **as aprendizagens realizadas. Atribuíram menos valor a:** ii) **caraterísticas pessoais desenvolvidas** durante o tempo de frequência na escola; iii) **interação social.**
- A resposta à questão **“para que serve o ensino secundário”**, nesta amostra de 105 ex-alunos, apontou para **“serve para desenvolver aprendizagens reconhecidamente importantes, tais como: “ir ao essencial dos assuntos que me propõem”; “dominar bem a competência da escrita”; “dominar as tecnologias da informação e comunicação de modo suficiente ao que me é pedido”; “reconhecer a importância de dominar as línguas estrangeiras que aprendi até agora”**

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A ESCOLARIDADE DE

12 ANOS IMPLICA

PENSAR “PARA QUE

SERVEM AS

ESCOLAS?”

(Young, 2011)

- Para Young (2011), a ideia de White (2007) de que as **escolas devem promover a felicidade e o bem estar humano** não corresponde a um **objetivo específico das escolas pois não valoriza a importância das disciplinas**
- Neste sentido, Young (2011) interroga: “***Que conhecimento deve a escola transmitir?***” Reconhecendo que alguns conhecimentos são mais valiosos do que outros, defende que **as escolas servem para capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou na sua comunidade.**
- Na perspectiva de Young, as escolas devem perguntar: “***Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?***”. Na resposta defende: i) o conhecimento escolar “**implica que muito do conhecimento que é importante que os alunos adquiram não será local e será contrário à sua experiência**”; ii) “**o currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo**”; iii) devem ser exploradas “**condições para que os alunos adquiram conhecimento poderoso ... e o conhecimento cotidiano de comunidades locais**”.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A ESCOLARIDADE DE 12

ANOS IMPLICA

MEDIDAS POLÍTICAS

QUE APOIEM A SUA

CONCRETIZAÇÃO

Investir em intervenções que façam desta **medida política um meio de defesa da escola pública** enquanto lugar de redistribuição de poderes (Apple, 1987) e de promoção da justiça social (Connell, 1995, 199, 2011; Santomé, 2013)



Necessidade de: i) prever **apoios** ao nível de **bolsas de estudo** que possibilitem a frequência de alunos com dificuldades económicas; ii) **enfrentar a cultura de retenção** que ainda impera no sistema educativo português; iii) **romper com a lógica curricular fundada na seleção**; iv) **associar a qualificação a uma formação qualificante**; v) **contemplar modos de ação adequados a jovens que já têm alguma experiência profissional**; vi) **monitorizar a implementação** do alargamento da escolaridade de 12 anos de modo a ir introduzindo as alterações necessárias; vii) **investir em projetos que promovam experiências positivas de transição entre níveis de ensino**

REFERÊNCIAS

- Álvares, Maria & Estevão, Pedro (2014). https://www.academia.edu/3298903/Do_que_falamos_quando_falamos_de_Abandono_Escolar
- Apple, Michael (1987). *Educación y poder*, Madrid: MEC/Paidós
- Araújo, Helena C., Magalhães, António, Rocha, Cristina & Macedo, Eunice (2014). *Policies on Early School Leaving in Nine European Countries: A Comparative Analysis*. Antwerp: University Antwerp.
- Castells, Manuel (2004). Unión Europea sin identidad europea: problemas y perspectivas, in M. Castells e N. Serra (edits). *Europa en construcción: integración, identidades y seguridad*, Barcelona: Fundación CIDOB, p.22-24.
- Castells, Manuel (2005). «Não Precisamos de Inventar Outra **Estratégia de Lisboa**» (entrevista a **Manuel Castells**), *Público*, 10 de Março, p. 2-4.
- Connell, Robert (1995). Justiça, conhecimento e currículo na educação contemporânea, in L. H. Silva & J. C. Azevedo (Eds) *Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Connell, Robert (1999) *Escuelas E Justicia Social*. Madrid: Edicionaes Morata.
- Connell, Raewyn. 2011. *Confronting Equality: Gender, Knowledge and Global Change*. Cambridge, Polity Press; Sydney, Allen & Unwin.
- Young, M. (2011) What are schools for?, *Educação, Sociedade & Culturas*, 32, 145-155.
- Santomé, Jurjo T. (2013). *Currículo Escolar E Justiça Social: o Cavalo de Troia da educação*. Porto Alegre: Penso.
- Silva, Augusto Stos (2012). A extensão da escolaridade obrigatória: uma questão também para a sociologia, <http://barometro.com.pt/archives/625>, publicado a 17 de abril